



REFORMA TRABALHISTA E A QUESTÃO DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

Com a divulgação do Projeto de Lei nº 6787/2016, que reúne conjunto de propostas para a realização da reforma trabalhista, e aguarda análise do Congresso; o assunto tem gerado grande discussão em diversos setores da sociedade, e foi pauta de workshop que aconteceu na sede do Sinproquim, recentemente. Confira a opinião de juristas e representantes sindicais sobre o tema >

EVENTO

“Novas políticas operacionais do BNDES” foi tema de palestra organizada pelo Sinproquim e pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), e ministrada pela chefe do departamento de Indústria Química do BNDES, Priscila Branquinho das Dores



EXPOSIÇÃO ITINERANTE

Em março, o Sinproquim dará início à exposição “A importância dos produtos químicos para uma vida melhor”, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Confira os detalhes!

ENTREVISTA

A balança comercial teve recorde histórico em seu superávit, no ano de 2016; Wolfgang Lieb comenta sobre o assunto nesta edição

2017 já começou

O ano “novo” se iniciou com perspectivas relativamente diferentes das que acompanharam a indústria brasileira em 2016. Como citou o presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, a política monetária ajudará na recuperação econômica do País, mas são necessárias ações complementares para combater a crise.

A recuperação da economia brasileira vai depender não só da redução nos juros, mas da realização de reformas que equilibrem as contas do governo, além de investimentos em infraestrutura e outras medidas que melhorem o ambiente de negócios e aumentem a eficiência da economia. Ou seja, existe a oportunidade para o País se tornar mais competitivo, porém, há uma necessidade de se destravar a economia em busca desse crescimento da produtividade.



Nelson Pereira dos Reis é presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo (Sinproquim), vice-presidente da Fiesp e diretor-titular do Departamento de Meio Ambiente da entidade.

O Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo (Sinproquim) tem trabalhado para promover o desenvolvimento técnico e a competitividade da indústria química do estado de São Paulo, e consequentemente de outras indústrias, uma vez que a química faz parte de diversos setores produtivos de fundamental importância.

Em 2016, o sindicato atuou de maneira ainda mais próxima à indústria, principalmente da pequena e da média, para compreender suas demandas e apoiar seu desenvolvimento. A partir do lançamento do monitoramento inédito da indústria química e petroquímica paulista, que reúne informações de cerca de 700 empresas, de diversos segmentos, e com a catalogação de mais de 1.000 grupos de produtos - essenciais para dar suporte a outras indústrias -, a entidade partiu a campo.

Iniciamos um trabalho de aproximação com as indústrias químicas de São Paulo para conhecer de perto sua realidade e suas demandas, e saber como podemos apoiar no desenvolvimento conjunto e pontual de cada membro dessa importante cadeia de produção. A partir do cruzamento dessas informações, reorientamos os trabalhos

do Sinproquim para ações de, cada vez mais, apoio ao desenvolvimento sustentável, na busca do diferencial competitivo de nossa indústria.

Neste ano, as atividades do Sinproquim avançarão nesse sentido. Estão previstas cerca de 50 visitas às indústrias químicas do estado de São Paulo, além de uma dúzia de importantes eventos em nossa sede, tais como os já conhecidos “Café com Opinião” e “Café Jurídico”, workshops, encontros e outras ações de promoção e suporte às nossas indústrias.

Em 85 anos de atividades, o Sinproquim atua em apoio às pautas estratégicas do setor, colaborando com o desenvolvimento dos pequenos e médios empresários e atuando no acompanhamento dos assuntos legislativos, trabalhistas, socioeconômicos e internacionais. Além disso, pautamos nossos esforços, também, no fomento de discussões e disseminações de conhecimentos técnicos que agregam valor aos negócios dos empresários da indústria química de São Paulo e, consequentemente, do Brasil. Em 2017, trabalharemos fortemente para seguir nossa missão e estimular o crescimento de nossa economia.

Nelson Pereira dos Reis

Novas políticas operacionais do BNDES

No dia 10 de fevereiro, o Sinproquim promoveu, em parceria com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), palestra ministrada pela chefe do departamento de Indústria Química do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Priscila Branquinho das Dores, sobre as novas políticas operacionais da instituição. O encontro, que aconteceu na sede da Associação e foi mediado por seu presidente, Fernando Figueiredo, contou com representantes de empresas do segmento de produtos químicos para fins industriais, *players* do setor e profissionais do BNDES. O diretor executivo do Sinproquim, Ricardo Neves, esteve presente na ocasião.

Os participantes expuseram suas dúvidas e demandas à palestrante e debateram sobre algumas questões levantadas na apresentação. Apesar das controvérsias, o presidente da Abiquim enfatizou que o Banco é extremamente receptivo às indústrias e está aberto ao diálogo. “Recomendo que vocês levem seus projetos para negociar diretamente com os profissionais do BNDES, que estão sempre dispostos a conversar”, disse. Agentes da instituição ainda enfatizaram que as novas regras de investimento e financiamento seguem normas praticadas internacionalmente; mas reforçaram que estão dispostos a apresentar boas condições para todos. Ficou evidente que o Banco está mais flexível na avaliação dos projetos, com o objetivo de viabilizar seu papel de fomento.



Fernando Figueiredo, Priscila Branquinho das Dores e Ricardo Neves

EXPEDIENTE

“Informativo Sinproquim” é um órgão de divulgação do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo.

Presidente Nelson Pereira dos Reis **Vice-presidente** Maria Izabel Laczko Gebrael **Diretor Administrativo-Financeiro** Nívio Machado Rigos **Diretores** Ana Paula Santoro Coria, João Feliciano Lopes Rafal, José Borges Matias, Marcelo Arantes de Carvalho e Paulo de Tarso Albuquerque Araújo Sobrinho **Conselho Fiscal (efetivos)** Renata Oliveira Brostel, Ronaldo Silva Duarte e Thomas Reineke **Conselho Fiscal (suplentes)** Gustavo B. Grecco, Sebastião Carlos Gonçalves de Lima e Sérgio Mastrozosa **Delegado Repres. junto à FIESP (efetivo)** Nelson Pereira dos Reis **Diretor Executivo** Ricardo Neves de Oliveira **Secretária Executiva** Alheli Carolina Concepción Mó

Edição Way Comunicações Ltda. - Rua dos Caetés, 696 - 05016-081 - São Paulo - Tel: (011) 3862-1586 **Jornalista Responsável** Stéfanie Rigamonti (Mtb 0076172/SP) **Redação** Stéfanie Rigamonti **Revisão** Alessandra Nogueira **Direção de Arte e Editoração** Hilton Breymaier **Impressão** Arte Premium (2.700 exemplares) - Correspondências para o Informativo Sinproquim: Rua Rodrigo Cláudio, 185 Aclimação - 01532-020 - São Paulo - SP - Tel: (011) 3287-0455 - sinproquim@sinproquim.org.br - www.sinproquim.org.br

Sinproquim promove exposição itinerante em São Paulo

Como parte das atividades de comemoração dos 85 anos do Sinproquim, a entidade promoverá a exposição itinerante "A importância dos produtos químicos para uma vida melhor". O evento, que acontecerá no mês de março, mostrará, de forma simples e objetiva, como os produtos químicos estão presentes no cotidiano.

A exposição, a ser realizada no Espaço Cultural IV Centenário, na Assembleia Legislativa de São Paulo, conta com o apoio da Frente Parlamentar da Química em São Paulo,

bem como de diversas entidades da cadeia produtiva.

Como a exposição tem caráter itinerante, as empresas patrocinadoras poderão utilizar os materiais expostos em outros locais, como empresas e escolas, possibilitando uma ação institucional com custo reduzido e grande impacto.

A data exata do evento e mais detalhes sobre a exposição encontram-se no site www.sinproquim.org.br



QUÍMICA EM NOTÍCIA

> Air Liquide Brasil inicia operação de nova planta

Em janeiro, a Air Liquide, líder mundial em gases, tecnologias e serviços para a indústria e saúde, anunciou o início das operações de sua nova Unidade Separadora do Ar (ASU) no Brasil, localizada em Paulínia, São Paulo. A nova planta dobra a capacidade de produção de gases como Oxigênio, Nitrogênio e Argônio na unidade de Paulínia, onde a Air Liquide opera desde a década de 90.

A nova planta em Paulínia moderniza suas instalações e amplia a capacidade de produção e eficiência operacional para atender o polo petroquímico local e entregar um serviço seguro e confiável para suprir as necessidades atuais e futuras dos clientes da empresa, nos segmentos industrial e medicinal. Ao longo dos dois anos e meio de sua construção, o projeto gerou 150 empregos e agora manterá 15 posições fixas.

Para o diretor geral da Air Liquide Brasil, Alexandre Bassaneze, "o investimento contínuo da Air Liquide no Brasil demonstra a nossa confiança no desenvolvimento do País e na sua recuperação econômica. Além disso, fortalece a nossa presença na região de Paulínia, um dos polos petroquímicos mais importantes do Brasil, e amplia a nossa capacidade de atendimento às demandas crescentes por gases medicinais e industriais por toda a região", afirma.

> Braskem anuncia acordo para a venda da quantiQ

A Braskem, maior petroquímica das Américas, assinou, no início do ano, acordo com a GTM do Brasil, subsidiária da GTM Holdings S.A., por meio do qual se comprometeu a vender a

totalidade do capital social da sua controlada quantiQ, uma das maiores distribuidoras de produtos químicos do Brasil.

O valor da transação é de R\$ 550 milhões, dos quais R\$ 450 milhões foram pagos no ato da venda e o restante, em até 12 meses. A conclusão da alienação está sujeita a condições precedentes usuais nesse tipo de operação, dentre as quais se inclui a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). "A alienação da quantiQ está em linha com a estratégia de reforçar nossa atuação no setor petroquímico, otimizando o portfólio de ativos da Braskem dentro do nosso compromisso com a disciplina financeira", diz o presidente da Braskem, Fernando Musa.

A GTM é um dos maiores distribuidores químicos da América Latina, com operações no Brasil, México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Equador, Peru e Argentina.

> Unipar Carbocloro conclui a aquisição da Solvay Indupa

A aquisição da Solvay Indupa foi concluída no início de janeiro pela Unipar Carbocloro. Depois de um processo iniciado com o anúncio da operação, em 2 de maio do ano passado, e a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 7 de dezembro, o processo de integração iniciou-se neste ano.

Na nova configuração, a Unipar Carbocloro passa a ser a maior fabricante de cloro/soda e a segunda maior fabricante de PVC da América Latina, com capacidade instalada de 510 mil toneladas de PVC, 670 mil toneladas de cloro e 750 mil toneladas de soda. Além das unidades Santo André, na região metropolitana de São Paulo, e Bahía Blanca, na Argentina, que passam a se chamar Unipar Indupa, a operação

industrial conta ainda com a fábrica da Unipar Carbocloro em Cubatão, no litoral de São Paulo.

A empresa vinha realizando estudos estratégicos sobre o mercado de PVC há algum tempo, por considerar esta uma extensão natural da indústria de cloro/soda. A aquisição da Solvay Indupa permite a entrada da Unipar Carbocloro nesse mercado com escala relevante para fazer frente aos demais *players*.

> Clariant amplia portfólio de produtos de cuidado pessoal com ingredientes de formulação inspirados na Ásia

Uma das empresas líderes mundiais em especialidades químicas, a Clariant, adiciona mais um toque asiático ao seu portfólio global de soluções de cuidado pessoal. Os novos produtos para o cuidado da pele e do cabelo aumentam, significativamente, a capacidade dos formuladores de intensificar os benefícios que atualmente estão em alta na lista de desejos de beleza de consumidores em todo o mundo.

Após adquirir um portfólio selecionado de produtos de cuidado pessoal da empresa indiana Vivimed Labs Limited, a Clariant pode, agora, oferecer aos seus clientes filtros UV orgânicos, clareadores de pele, ativos de resfriamento e soluções anti-idade para o cuidado da pele. A gama de produtos para o cabelo é reforçada por uma linha completa de ingredientes anticaspas, além de um ativo de crescimento capilar. A Clariant também melhorou sua oferta atual com novos conservantes para aplicações cosméticas.

A empresa expandiu seu portfólio de beleza com mais de 20 novos ingredientes de formulação.

Reforma trabalhista: a prevalência do negociado sobre o legislado

Diante da atual discussão sobre as reformas engendradas pelo Poder Executivo, tema tem grande relevância e foi amplamente debatido, na sede do Sinproquim, por juristas e representantes sindicais

“A reforma trabalhista: o negociado prevalece ao legislado e suas consequências na ampliação e na valorização da autonomia da vontade coletiva no processo das negociações coletivas entre os protagonistas sociais” foi tema de Workshop que aconteceu na sede do Sinproquim, no final de 2016, idealizado pelo consultor jurídico do sindicato, titular adjunto do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Desin/Fiesp) e professor da FGV e FMU, Dr. Enio Sperling Jaques.

Na abertura, foi concedida palavra ao diretor titular do Desin/Fiesp, Paulo Henrique Schoueri, que parabenizou o Sinproquim pela iniciativa e manifestou o apoio do Desin a este tipo de evento. “Estamos em um momento de grandes mudanças nas relações trabalhistas. Esse é um tema com o qual a Fiesp está muito preocupada, e nós acreditamos que, unidos, as empresas e os sindicatos são mais fortes. Afinal, é melhor tratar as questões trabalhistas de forma coletiva do que individualmente, tendo em vista que as regras negociadas atenderão diretamente o interesse de ambas as partes”, afirmou Schoueri.

Ainda durante a abertura, Enio Sperling Jaques fez uma breve homenagem a dois profissionais que foram pioneiros nos debates sobre as negociações coletivas e a questão do negociado sobre o legislado: José Eduardo de Lima e Roberto Ferraiuolo. “Eles permanecerão eternamente em nossas mentes e corações”, externou Jaques.

Primeiro Painel Visão do magistrado

O primeiro bloco do evento teve como tema “Desmistificando a flexibilização dos direitos trabalhistas em face ao princípio da irrenunciabilidade de direitos”, em que foram abordadas as seguintes questões: flexibilizar direitos laborais será codinome de regressão ou será proporcionar mais proteção de direitos? Quais direitos poderão ser flexibilizados? O assunto foi tratado pela desembargadora do

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em São Paulo (TRT/SP – 2ª Região), professora doutora Ivani Contini Bramante.

A especialista atua na seção de dissídios coletivos do TRT e tem presidido audiências em que acontecem dispensas coletivas, diante das quais muitos trabalhadores saem sem ter seus direitos assegurados. Segundo a jurista, isso é comum em tempos de recessão na economia, afinal, o Direito do Trabalho é efetivo apenas

A fim de desmistificar a ideia de que negociação significa renúncia, a Dra. Ivani explicou que esse mecanismo é uma transação que compreende perdas e ganhos, e que sempre traz uma contrapartida, pois deve ser utilizada a teoria do conglobamento nesse processo. Além disso, ressaltou que não há retrocesso quando o negociado prevalece sobre o legislado, pois há todo um aparato legal que assegura a proteção mínima de direitos dos trabalhadores



Paulo Henrique Schoueri, Enio Sperling Jaques e Ivani Contini Bramante

quando a conjuntura econômica está favorável, pois a relação capital/trabalho não comporta divórcio. Nessa situação, a profissional acredita que o presente momento exige que a negociação seja realizada não apenas na data-base, mas também no dia a dia das relações trabalhistas; negociação essa que tem sido cada vez mais valorizada pelo Judiciário. “Esse instrumento é bifronte, porque provê tanto a melhoria da condição social, quanto garante a rentabilidade das empresas”, afirmou Ivani Bramante.

De acordo com a palestrante, a Constituição Federal reconhece a autonomia privada coletiva e a prevalência da negociação sobre as normas estatais, afinal, esta valoriza a participação do trabalhador, por meio da sua voz e voto, e imprime igualdade entre os protagonistas sociais.

e das normas referentes à medicina, higiene e segurança do trabalho, bem como a defesa dos interesses da categoria empresarial.

Nesse sentido, a desembargadora apresentou algumas situações previstas na Carta Magna que permitem que o negociado prevaleça sobre o legislado, tais como: redução de salário via convenção ou acordo coletivo; compensação de horário e jornadas de trabalho; banco de horas; e *layoff*. A Dra. Ivani também expôs uma série de casos práticos que estampam esse tema como, por exemplo, a pré-fixação das horas *in itinere*; e o Plano de Demissão Voluntária (PDV) – aprovado em acordo coletivo que contou com ampla participação dos empregados, o plano enseja a quitação irrestrita de todas as parcelas objeto de contrato de emprego, caso

Patrocinadores do Guia da Indústria de Produtos Químicos do Estado de São Paulo



ARKEMA



Braskem

CLARIQUÍMICA

Elekeiroz



Nelson Mannrich

essa condição tenha constado expressamente na convenção coletiva que o aprovou.

Segundo Painel Visão do jurista

O professor titular de direito da USP, Dr. Nelson Mannrich, versou acerca do tema “O sistema do negociado prevalece sobre o legislado instituído na reforma trabalhista na França e em Portugal e sua aplicação no processo de negociação coletiva no Brasil”. Em sua explanação, Mannrich trouxe à tona as origens históricas sobre esse debate, desde Getúlio Vargas, idealizador da CLT, até os tempos atuais. Segundo o palestrante, essa questão é complexa, porque ao mesmo tempo

em termos de reforma trabalhista, e traçou um paralelo com as práticas brasileiras. De acordo com Mannrich, a reforma pela qual Portugal passou, em 2007, trouxe regressões com relação às transformações positivas que havia ocorrido no Código de Trabalho do País, em 2003, ano em que foi extinto o princípio *favor laboratoris*, segundo o qual as leis trabalhistas só poderiam ser alteradas para proporcionar melhorias aos trabalhadores, e a negociação coletiva nunca poderia retroceder. Para ele, o retorno a esse princípio, em 2007, trouxe uma herança que é incompatível com as atuais mudanças que ocorrem no mercado de trabalho mundial, e serve de exemplo para que o Brasil não o siga.

Com relação à França, que atualmente está passando por um processo de reforma em seu Código de Trabalho, o país tem buscado a consolidação do regime de liberdade sindical de autonomia privada coletiva; a cultura da negociação e do diálogo social; e é taxativa, por sua vez, quanto aos direitos que não poderão ser negociados. Nesse caminho, o professor fez uma análise do modelo sindical brasileiro, em face do negociado *versus* o legislado, e enfatizou que as ausências de liberdade e autonomia sindical representam excessiva interferência do Estado nas negociações coletivas.

Para finalizar sua exposição, resgatou o Projeto de Lei nº 5483/2001, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que previa que



Airton Cano, Hebert Passos, Enio Sperling Jaques e Sergio Leite

em que Vargas instituiu a CLT, esta foi aplicada como uma lei absoluta, sob o regime repressivo do Estado Novo, e isso vem se estendendo até os dias de hoje.

O especialista também realizou uma análise sobre as experiências em Portugal e na França,

somente na ausência do acordo ou convenção coletiva do trabalho a CLT poderia ser aplicada. O palestrante entende que o conteúdo desse PL representaria um avanço, mas foi revogado pelo presidente posterior que assumiu o comando do País, Luiz Inácio Lula da Silva. >>

Projeto de Lei

No dia 23 de dezembro de 2016, o ministro do Trabalho da atual gestão federal, Ronaldo Nogueira, divulgou o Projeto de Lei nº 6787/2016, de autoria do Poder Executivo, que traz o pacote de propostas para a reforma trabalhista. O PL tramita em regime de urgência, e foi encaminhado, em fevereiro, para análise do Congresso. Dentre as alterações à CLT que constam no projeto estão as situações que poderão ser objeto de negociações coletivas, diretamente entre os empregadores e os sindicatos dos trabalhadores, e que passarão a ter força de lei após o fechamento do acordo coletivo. Conforme o PL, são eles:

- I - parcelamento de período de férias anuais em até três vezes, com pagamento proporcional às parcelas, de maneira que uma das frações necessariamente corresponda a, no mínimo, duas semanas ininterruptas de trabalho;
- II - pacto quanto à de cumprimento da jornada de trabalho, limitada a duzentas e vinte horas mensais;
- III - participação nos lucros e resultados da empresa, de forma a incluir seu parcelamento no limite dos prazos do balanço patrimonial e/ou dos balancetes legalmente exigidos, não inferiores a duas parcelas;
- IV - horas *in itinere* (compensação pelo tempo de deslocamento no trajeto da residência ao trabalho e vice-versa);
- V - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos;
- VI - ultratividade da norma ou do instrumento coletivo de trabalho da categoria;
- VII - adesão ao Programa de Seguro-Emprego - PSE, de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015;
- VIII - plano de cargos e salários;
- IX - regulamento empresarial;
- X - banco de horas, garantida a conversão da hora que exceder a jornada normal de trabalho com acréscimo de, no mínimo, cinquenta por cento;
- XI - trabalho remoto;
- XII - remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado; e
- XIII - registro de jornada de trabalho.



Terceiro Painel

Visões dos sindicatos dos trabalhadores e das empresas

Para este bloco, foram convidados o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar) e 1º secretário geral da Força Sindical, Sergio Leite; o coordenador político da Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico da CUT do Estado de São Paulo (Fetquim-CUT/SP), Airton Cano; e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Fertilizantes (Sindquim), Herbert Passos Filho. Além deles, o consultor jurídico do Sinproquim, Enio Sperling Jaques, também trouxe suas contribuições ao painel.

O presidente da Fequimfar, Sergio Leite, afirmou que o movimento sindical dos trabalhadores defende a negociação coletiva em todos os âmbitos (municipal, estadual e federal); contudo, assevera que esse debate a respeito da prevalência do negociado sobre o legislado não deve ser discutido isoladamente. É preciso trata-lo paralelamente a outras questões, como a organização sindical ampla e no local de trabalho. “Deve-se levar em consideração questões como as práticas antissindicais, também, afinal, esse debate sempre surge em épocas de crise, quando os trabalhadores sofrem grande pressão para que contribuam com a diminuição do peso da folha de pagamento nas empresas”, afirmou.

Sergio Leite ainda defendeu a discussão em cima do Projeto de Lei do deputado Júlio Lopes, PL 4962/16, que, em sua visão, é o mais avançado dentre os que tramitam na Câmara Federal. “O PL separa Direito Constitucional e Direito previsto nas NRs e encaminha para a negociação coletiva, mas há um parágrafo em especial que precisa ser abordado”, sublinhou. O referido parágrafo prevê que, em caso de flexibilização das normas referentes à carga horária e ao salário, as devidas vantagens compensatórias precisam ficar explícitas. Na visão do sindicalista, é possível debater e caminhar no sentido da flexibilização da aplicação dos direitos, mas não da flexibilização dos próprios direitos em si. “É preciso indicar com precisão o que pode ou não ser negociado”, concluiu.

Por sua vez, para o coordenador político da Fetquim-CUT/SP Airton Cano, essa reforma que sancionaria a prevalência do negociado sobre o legislado representa retrocesso a todos os avanços já conquistados no Brasil, porque fragmenta a luta sindical, reduz a remuneração, com jornadas flexíveis, pulveriza os sindicatos, dentre outras perdas. Airton Cano ressaltou, ainda, a importância da discussão sobre o relevante papel da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como a necessidade de regulamentação do artigo 11, da Constituição Federal, que se refere à possibilidade de eleição de representantes dos trabalhadores nas empresas com mais de 200 empregados.

O presidente do Sindquim, Hebert Passos,

por outro lado, defendeu que o negociado sobre o legislado não é necessariamente ruim, baseado no fato de que as negociações sempre se configuram com a responsabilidade das entidades sindicais laborais e patronais. “Os sindicatos dos trabalhadores sempre sofreram com a insegurança legislativa, além da jurídica, portanto, penso que existem normas que poderão ser colocadas durante o período de acordos, e que permitirão maior segurança jurídica aos instrumentos coletivos”, enfatizou. Ele ainda criticou a intervenção direta do Estado nas negociações coletivas, que muitas vezes inviabiliza o progresso e torna o processo mais dificultoso. “O movimento sindical precisa se unir, evoluir e assumir sua função pública cada vez maior”, concluiu.

Nesse sentido, o Dr. Enio Jaques concorda com Passos, já que, para o consultor jurídico, o debate sobre a reforma trabalhista e as negociações coletivas poderão avançar mais quanto menos o Estado intervir. Ele acredita na solução do conflito pelo diálogo, com a valorização dos interesses de ambas as partes, e sublinhou que as empresas não podem ficar atreladas a uma legislação que não consegue cumprir, por isso a importância de haver convenções coletivas. “O Estado não pode estar sozinho na criação de normas trabalhistas; deve-se reconhecer o pluralismo jurídico do Direito do Trabalho. Acredito que este seja um momento propício para se realizar uma reforma, a fim de que empresas e trabalhadores se unam para a solução de conflitos”, finalizou.

NOTAS

LUBRIFICANTES

Desde 2016, o Sinproquim tem atuado mais próximo ao segmento de óleos e lubrificantes, por entender a relevância econômica desse nicho para o setor químico industrial. Neste sentido, o Sindicato criou, no início de 2017, a Comissão de Lubrificantes, cujo coordenador é o engenheiro e sócio-proprietário do Grupo Incol, Sebastião Carlos Gonçalves de Lima (Leleco), renomado profissional da área. Junto à diretoria do Sinproquim, ele desempenhará um importante trabalho voltado ao segmento.

FÓRUM

Aconteceu, no dia 24 de janeiro, o Fórum do Setor de Lubrificantes 2017, que contou com a presença de representantes do Sinproquim. Compareceram no encontro o sócio-proprietário do Grupo Incol, Sebastião Carlos Gonçalves de Lima; o sócio-diretor da Kation Raiden do Brasil, Geraldo Araújo; o diretor executivo do

Sinproquim, Ricardo Neves, e o consultor econômico, Renato Endres.

Durante o evento, Ricardo Neves, Geraldo Araújo e o representante do Sindicato Nacional da Indústria do Refino de Óleos Minerais (Sindirrefino), Nilton Barros, abordaram e discutiram o tema “Desafios do Negócio de Lubrificantes”, e apresentaram o “Estudo do Potencial de Diversificação da Indústria Química”, realizado pelo BNDES, que destaca o mercado de lubrificantes por seu tamanho e pujança, e pelo grande potencial de substituição de importações.

Eles ainda deram como dica a expansão da capacidade de produção de óleos básicos para atender à demanda local crescente. Ricardo Neves também destacou a importância de dar atenção às dificuldades que a Resolução 18 da ANP tem provocado, principalmente nas empresas médias e pequenas, pelas suas demandas. “Também alerta quanto aos desafios do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos, pela disponibilização de informações confidenciais das empresas”, ressalta Neves.

POSSE

No dia 12 de janeiro, o diretor executivo do Sinproquim, Ricardo Neves, participou da cerimônia de posse do novo diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, e do diretor Felipe Kury. O evento aconteceu no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, com a presença de cerca de 500 pessoas, dentre autoridades públicas e grandes agentes do setor. Durante a posse, Oddone disse que uma das metas mais importantes da ANP é a simplificação das normas, o que deve acelerar os trâmites e manter os canais de diálogo sempre abertos.

Outro ponto mencionado pelo novo diretor-geral da agência é a futura facilitação da relação com os agentes regulados. Além disso, Felipe Kury focou, em seu discurso, no estímulo de novos investimentos para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis. “A diretoria atual, formada por Décio Oddone, Aurélio Amaral, Felipe Kury, José Gutman e Waldyr Barroso, reúne todas as condições técnicas, de gestão e de experiência para continuar com o processo de modernização e atuação mais eficaz da ANP”, sublinha o diretor executivo do Sinproquim.

AGENDA

Para este ano, o Sinproquim programou diversos eventos com o objetivo de manter os associados, e outros agentes do setor químico e petroquímico industrial, conectados quanto às mudanças políticas, econômicas e jurídicas no País e no mundo. No dia 26 de abril, a partir das 8h30, acontecerá palestra sobre o tema “Atualização sobre o transporte rodoviário de produtos perigosos”.

A engenheira química e consultora do Sinproquim, Glória Benazzi, detalhará as mudanças introduzidas na legislação pela Resolução 5.232/16 e as normas brasileiras que complementam o Regulamento do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, aprovado pelo Decreto 96.044/88.

Acesse <http://www.sinproquim.org.br/eventos> e fique atento aos encontros que serão promovidos pelo Sindicato em 2017.

Exportações no Brasil devem aumentar neste ano

Durante entrevista com o economista e consultor de Comércio Exterior do Sinproquim, Wolfgang Lieb, profissional analisou o superávit da balança comercial no ano anterior e fez previsões para 2017

O ano de 2016 encerrou-se com um recorde histórico no superávit da balança comercial brasileira - que ficou em US\$ 47,692 bilhões -, desde o início do registro do dado em 1980. Foi um impressionante aumento frente os US\$ 19,685 bilhões, em 2015. Apesar de o número ser vultoso, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) - ex-Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - já previa esse acontecimento, com a expectativa de que o superávit alcançasse entre US\$ 45 bilhões e US\$ 50 bilhões em 2016.

Em entrevista com o economista, consultor de Comércio Exterior do Sinproquim e diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derec) da Fiesp, Wolfgang Anton Lieb fez uma análise sobre o superávit da balança comercial em 2016, e revelou as expectativas para a exportação da indústria brasileira neste ano.

Informativo Sinproquim - De acordo com a sua análise econômica, quais foram as principais razões para a queda na exportação ter sido amplamente inferior com relação ao declínio nas importações do País em 2016?

Wolfgang Lieb - Se analisarmos o desenrolar do comércio exterior quando houve a introdução do real, no ano de 1994, percebe-se o início de uma mudança geral no registro da balança comercial com o estabelecimento de um câmbio fixo e previsível. Porém, logo depois, ocorreu um equívoco: tentou-se congelar o câmbio, e isso não funcionou. Ainda a partir da avaliação das estatísticas, nota-se o começo de um expressivo crescimento nas exportações em 2003 e 2004, época em que uma nova equipe de profissionais entrou no Mdic, e impulsionou fortemente as vendas internacionais, embora o câmbio não fosse muito favorável naquele período.

Por outro lado, na segunda gestão do governo Lula, houve a subida de quase 50% das importações. Por quê? Porque, de novo, congelou-se o câmbio. No final de 2009, ele estava em R\$ 1,74; e, em 2010, alcançou a marca de R\$ 1,67. Enquanto o real estava totalmente sobrevalorizado, a China negociava a sua moeda de 20 a 30% abaixo do seu valor. Então, não havia como nos defendermos das importações; e isso gerou, durante anos, problemas para a indústria nacional.

Contudo, o ano de 2014 fechou com o dólar em R\$ 2,65, e, no final de 2015, a moeda chegou a quase R\$ 4. Isso se deu quando foi publicada a notícia a respeito do início do processo de impeachment da Dilma; aí o câmbio estourou. Houve, sim, queda geral no consumo, porém, muito mais nas importações, afinal, começou-se a substituir, novamente, parte dos produtos importados pelos fabricados nacionalmente - essa alteração saía mais em conta e gerava empregos.

Em 2016, a importação sofreu queda ainda maior, porque mais indústrias brasileiras voltaram a produzir. Todavia, no final do primeiro semestre, o câmbio voltou a decair, e assim ocorreu sucessivamente ao longo do ano até a eleição do Donald Trump, em novembro, quando, mais uma vez, houve uma interessante elevação do dólar - já estávamos quase no fim do ano, mas o atual presidente dos EUA deu um novo alento ao espírito exportador, e vamos torcer para que se mantenha nesse caminho. Pode-se dizer, portanto, que esses dois últimos meses ajudaram muito no resultado, mas a exportação já estava com o câmbio, ao invés de na casa dos R\$ 2, na casa dos R\$ 3. Foi esse fator que gerou o resultado substancial da balança comercial em 2016.



Wolfgang Lieb

O governo de Michel Temer teve tempo para deixar sua marca nesse recorde histórico? Se sim, de que forma?

Em termos de comércio exterior, o Temer não teve grande participação no resultado. O número expressivo se deu pela alteração do câmbio, e esta foi consequência de todo o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, e, posteriormente, da eleição de Trump. O novo ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, tem trabalhado exaustivamente desde que assumiu o posto, em maio do ano passado, mas sentiremos os resultados positivos advindos desses esforços somente neste ano. Ele é responsável por introduzir a simplificação das transações de comércio exterior com a introdução do Portal Único, que já está em fase de teste geral para as exportações, e em desenvolvimento para a importação. Esse trabalho trará muitos benefícios para as atividades exportadoras em 2017.

Além disso, a volta da Argentina às condições normais de comércio também elevarão as nossas exportações, devido ao fato de sermos grandes fornecedores a eles, inclusive de produtos alimentícios. O país assumirá a presidência do Mercosul no primeiro semestre deste ano e, ao lado do Brasil, ele se empenhará para a reativação do bloco econômico.

Ao longo de 2016, o real se valorizou, com a busca incessante de combate à inflação. Nessa época, houve uma preocupação por parte dos profissionais do agronegócio de que isso afetasse as exportações. Não se efetivou o que os agentes do setor temiam?

A eleição do Trump deu um basta nisso. Mas, também, as atitudes do atual governo auxiliaram, ao incentivar as exportações, buscando amainar eventuais problemas com relação aos gêneros alimentícios, já que os seus consumidores reclamavam constantemente de pestes e pragas. Houve, também, uma importante ação por parte do setor do agronegócio, ao lado do Mdic e do Ministério da Agricultura, na atuação junto aos grandes clientes, a fim de que não houvesse queda nas compras. E o café também tem vivido um sucesso enorme; há anos não havia uma saída tão expressiva como agora.

Quais são as expectativas de exportação da indústria para 2017?

Acredito que o Brasil deva ter aumento nas exportações, neste ano, ainda maior, desde que não aconteça nada com o câmbio. E essa elevação deve auxiliar na diminuição da taxa de desemprego, inclusive.

Mas é válido lembrar que, para que esse crescimento seja ainda maior, deve haver redução nos custos de logística. Hoje, a indústria sofre com problemas na formação de preço adequado e isso complica a concorrência com outros fornecedores no exterior. A valorização do câmbio pode até ajudar, mas não resolve todo o problema. Então, essa questão deve ser solucionada de outras formas.

Além disso, se o governo conseguir fazer uma reforma tributária, reduzindo os impostos para poder aplicá-los de forma mais eficaz, aí haverá um impulso nas exportações, que dependem muito da eliminação de taxas incidentes sobre os produtos destinados a essa atividade. Porque os nossos competidores no mundo estão na nossa frente, eles são mais eficientes. Não digo com relação à produção, afinal, o produtor brasileiro é forte; mas me refiro às barreiras enfrentadas com transporte, juro, energia elétrica, câmbio, nível de tributos etc., que o seu adversário não tem. Precisamos resolver isso urgentemente.

Com relação ao setor químico, ele requer pouca mão de obra e muito investimento, por isso é necessário oferecer taxas de juros que proporcionem custo mais competitivo e um retorno, aos investidores, igual ao do seu adversário. Quem for dono do capital vai preferir aplicá-lo onde o retorno é maior, lógico. E, hoje, o custo do investimento e o nível de tributação no Brasil limitam a existência de grandes investimentos na indústria química, com fins de exportação. Infelizmente, ainda vai levar alguns anos para se chegar a um resultado plausível com relação a essa questão.

Transformando a química para um futuro sustentável

Por Antonio Lacerda*

Em um mundo com recursos naturais cada vez mais escassos, e população crescente (em 2050, seremos mais de nove bilhões), a busca por inovações que garantam a oferta de soluções mais sustentáveis é essencial.

A química tem desempenhado um papel fundamental nos processos de fabricação de diversos produtos presentes em nosso dia a dia, e, com seu avanço, tem possibilitado melhores condições à vida da população, do ambiente e do clima. Com as inovações do setor químico, já é possível, por exemplo, retirar o sal da água do mar e torná-la potável, por meio de membranas de dessalinização; instalar pisos drenantes para reaproveitamento de água da chuva; e também produzir sacolas plásticas compostáveis e biodegradáveis, que se convertem em adubo após sua utilização e destinação correta.

Além disso, alimentar a crescente população mundial, proporcionando uma oferta sustentável de alimentos, também figura entre os grandes desafios para as próximas décadas. Portanto, a busca de soluções para evitar o desperdício de alimentos, oferecer e garantir produtos nutritivos e melhorar a eficiência da produção e processamento é essencial.

Como empresa química líder em inovação, a BASF está atenta a essas tendências e faz da inovação sustentável um dos pilares de sua estratégia de negócios. Como resultado, 60% dos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento estão sendo destinados ao desenvolvimento de produtos e soluções que contribuem significativamente para a sustentabilidade – os chamados *Accelerators*.

Uma tinta imobiliária que reduz 99% das bactérias da parede por até dois anos, a matéria-prima que torna detergentes e produtos de limpeza mais rapidamente biodegradáveis e a produção de vitaminas que contribuem para o enriquecimento nutricional de alimentos básicos a preços acessíveis são alguns exemplos desses produtos que, em 2015, representaram 26,6% das vendas globais da empresa. Até 2020, a BASF tem como meta

alcançar o patamar de 28% de vendas advindas dos *Accelerators*.

Outro ponto importante quando se fala em soluções sustentáveis é o custo e impacto. Produtos concebidos dentro desse conceito não são, necessariamente, mais caros quando se analisa todo o seu ciclo de vida. O segmento da construção civil é um exemplo com soluções inovadoras que aumentam a produtividade do setor e a eficiência da obra, reduzindo o tempo da construção e o desperdício de material -

uma excelente notícia para um País onde se estima que serão necessárias 23 milhões de novas moradias até 2022, conforme estudo publicado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Vale lembrar, ainda, que um impulsionador fundamental da inovação é a diversidade. Na BASF, acreditamos na força das mentes conectadas e o quanto é importante ter

perfis, históricos, culturas e conhecimentos diferentes e que se complementam. Sentimos, na prática, o quanto a diversidade enriquece o processo de criação e o ambiente de trabalho. Isso se reflete, por exemplo, nos Comitês de Sustentabilidade, formados por profissionais com perfis diversos e de diferentes áreas da empresa, o que proporciona uma visão abrangente das oportunidades de melhorias em produtos e processos. Fechamos o ciclo com treinamentos e ações periódicas a todos os colaboradores, que reforçam conceitos de sustentabilidade e sua aplicabilidade no dia a dia da empresa.

Diante desses exemplos, fica claro que a química pode contribuir para trazer soluções para os desafios de nossa sociedade. Para tanto, é preciso investir, constantemente, no alcance da excelência e na capacidade de desenvolver inovações sustentáveis que, por sua vez, contribuirão tanto para a qualidade de vida da humanidade como para o crescimento orgânico das empresas.

* Antonio Lacerda é vice-presidente sênior de Químicos, Produtos de Performance e Sustentabilidade da BASF para América do Sul.



“Genética” humana e as relações de trabalho

O professor, mestre em administração, consultor e especialista em estratégias de gestão de RH, Jorge Fornari, autor do livro *O Executivo na Essência: a “genética” do comportamento gerencial*, foi convidado para palestrar no Sinproquim, recentemente, e compartilhar seus conhecimentos acerca do tema “Comportamentos primitivos de gestão: os impactos da evolução humana em nossas relações de trabalho”. Sua palestra, que trouxe algumas das reflexões que estão reunidas em sua obra, teve como objetivo levar os participantes da plateia a se conhecerem melhor e, assim, entenderem como seu lado “genético” afeta todas as relações à sua volta.

“Um ponto primordial a ser pensado é que, antes de gestores e líderes nós somos pessoas, e, por isso, o cerne da questão está em como é possível, por meio da mudança comportamental, tornarmos seres humanos melhores”, ressaltou. Uma pergunta levantada pelo palestrante foi: por que as pessoas insistem em pensar e fazer tolices, ou mesmo malignidades, que afetam a elas mesmas, tanto na vida pessoal quanto na carreira profissional? A resposta, para ele, é simples: “animais internos dominam as nossas mentes”.



Jorge Fornari

Apesar de acreditar que os *homo sapiens* são animais, criados para outro período e ambiente histórico, que têm vícios, e possuem algumas funções, como sobreviver, ainda que em detrimento de outros, o consultor ressaltou que a modelagem flexível da mente humana permite que as pessoas sejam boas em suas relações sociais. Mas, para isso, é necessário aproveitar a plasticidade do cérebro para treiná-lo, sempre buscando os benefícios de práticas melhores. Para chegar nisso, é importante, antes, identificar condutas indesejadas, que derrubam gestores e empresas: o ponto de partida, portanto, deve ser as incompetências.